



Pirassununga, 12 de ago de 2025

## Parecer Jurídico

### Projeto de DECRETO LEGISLATIVO nº 14/2025.

**AUTORIA:** Vereadores Wallace Ananias de Freitas Bruno, Mirelle Cristina de Araújo Bueno, Carlos Luiz de Deus (“Carlinhos”) e Aidano Aparecido de Souza (“Du da Farmácia”).

**ASSUNTO:** *Altera a data comemorativa do Decreto Legislativo nº 381, de 12 de março de 2024, que institui o Diploma ‘Veterano das Forças Armadas e dá outras providências.*

*Ab initio*, cumpre ressaltar que o parecer ora exarado não substitui as análises das Comissões especializadas desta Casa de Leis tendo em vista sua representatividade popular. Isto posto, é mister esclarecer que o parecer em questão não tem força vinculante sobre a aprovação do projeto de lei pelos edis eleitos pelo povo.

Cumpr, ainda, assinalar que a presente manifestação jurídica exara-se nos estritos limites legais, restringindo-se à verificação da regularidade formal do procedimento e à sua compatibilidade com o ordenamento jurídico vigente, sem adentrar em juízos de valor atinentes à conveniência, oportunidade ou mérito administrativo.

## Relatório

Trata-se de projeto de Decreto Legislativo, protocolado pelos senhores vereadores Wallace Ananias de Freitas Bruno, Mirelle Cristina de Araújo Bueno, Carlos Luiz de Deus (“Carlinhos”) e Aidano Aparecido de Souza (“Du da Farmácia”), pela qual se pretende alterar a data comemorativa prevista no Decreto Legislativo nº 381, de 12 de março de 2024, que institui o Diploma ‘*Veterano das Forças Armadas*’ e dá outras providências.

É a síntese do necessário

## Fundamentação jurídica

De início, aponto que é de competência privativa da Câmara Municipal a organização de seus serviços administrativos, estando inserida dentre aqueles atos que não



dependem de sanção do chefe do poder executivo, nos termos do art. 26, *p.u.* da Lei Orgânica Municipal.

Art. 26, Parágrafo único: *As deliberações da Câmara sobre assuntos de sua economia interna serão tomadas mediante Resoluções, e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de decretos legislativos.*

E, nos termos do art. 51 do Regimento Interno, *Os decretos legislativos destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo.* Assim, correta a forma adotada.

Ainda no tocante à competência, a Constituição Federal atribuiu aos Municípios iniciativa para legislar sobre questões de interesse local (art. 30, I, da CF/88) e para suplementar a legislação federal e estadual existentes (art. 30, II, da CF/88), pelo que, tratando a matéria sobre a preservação da memória histórica do povo Pirassununguense e do próprio poder legislativo municipal, evidente o interesse local.

Ainda, considerando que o Projeto de Decreto Legislativo visa alterar a redação de um Decreto Legislativo previamente existente, a via escolhida é a adequada em razão do objeto.

**Assim, do ponto de vista formal, a propositura é regular.**

Materialmente, não se vislumbra qualquer afronta à constituição e às leis, já que a medida, como bem asseverado pelo texto de justificativa, visa atualizar o regramento da concessão de título honorífico em favor de veteranos das forças armadas, antedando a solicitação encaminhada pelas entidades representativas dos veteranos com atuação em Pirassununga, com o objetivo de readequar os critérios de concessão da honraria.

O art. 30, I, da CF/88 confere ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local, o que inclui a dinâmica e critérios para concessão de títulos honoríficos, esse poder normativo interno está assentado na Súmula 473/STF, que autoriza a autotutela administrativa.

O princípio da moralidade administrativa (art. 37, caput, CF/88) impõe ao Poder Legislativo municipal o dever de zelar pela devida concessão de honrarias e, quando



necessário, atualizar os critérios a empregar nas concessões dessas homenagens, assim o Projeto de Decreto Legislativo nº 14/2025 materializa esse dever de preservação da imagem institucional.

## Conclusão

O Projeto de Decreto Legislativo nº 14/2025 cumpre com os critérios formais e materiais de competência, iniciativa e de via legislativa adequada.

Materialmente, não há inconstitucionalidade sobre a matéria tratada e seu âmbito de competência sendo este ato normativo a materialização do poder/dever de autotutela para fins de preservação do patrimônio histórico desta Casa de Leis.

Desta forma, **esta procuradoria exara parecer favorável à continuidade da tramitação do presente Projeto de Decreto Legislativo** por ausência de inconstitucionalidade formal ou material aparentes.

**Mauro Zamaro**  
Procurador Legislativo  
OAB/SP 421.466



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
Município de Interesse Turístico



---

**DESPACHO DA SECRETARIA LEGISLATIVA**

**Este documento tramitou em conformidade com as diretrizes regimentais.**

**Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Pirassununga. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=4JCDVS519V9FSW78>, ou vá até o site <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 4JCD-VS51-9V9F-SW78**